

Prefácio

Henrique Tahan Novaes

Como citar: NOVAES, Henrique Tahan. Prefácio. *In:* LIMA, Laís Ribeiro dos Santos. **Gestão democrática e participação na educação profissional agroecológica do MST (PR): limites e possibilidades de uma educação.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.17-21.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-94-1.p17-21>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

As classes proprietárias definitivamente abandonaram suas propostas de democracia burguesa. Parlamentos do mundo inteiro se converteram em espaços onde há somente uma possibilidade “democrática”: a ditadura do capital financeiro. Pior que isso, as decisões fundamentais dos rumos da sociedade foram transferidas para as corporações transnacionais ou para as bolsas de valores.

Gestores do capital, CEOs, tecnocratas, ou o que Mészáros chama de “personificações do capital” decidem os rumos da humanidade: o que produzir, como produzir, o que consumir, quem terá direito a emprego, moradia, trabalho e educação. Eles decidem quem será condenado a miséria, quais países ou regiões terão investimentos produtivos ou improdutivos.

No caso brasileiro, o parlamento ganhou sua forma perfeita, se tornou um espaço do capital, com representantes dos donos de porcos, frangos, bois, soja, milho, cana, minério e etc. Todos os animais e demais *commodities* do agronegócio estão bem representados, mas os seres humanos não. Através de ampla manipulação, foram “eleitos” pelo povo, mas representam os direitos do capital. Em tempos de eleições, basta um candidato a vereador, prefeito, governador ou presidente acenar para uma agenda de direitos sociais que será rapidamente expelido pela mídia (verdadeiro braço do grande capital) por ser de “extrema esquerda”.

O Brasil nunca teve uma democracia burguesa com letras maiúsculas, que fosse respeitada. De tempos em tempos, um golpe aqui e outro acolá faz-se necessário para botar ordem na casa.

No microcosmo de escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como fruto da resistência dos movimentos sociais latino-americanos ao avanço do capital, se vivencia uma democracia radical impossível de ser realizada em sociedades controladas pelo capital financeiro. Como nos mostra a pesquisa de Lais Santos, nas escolas do MST existe uma outra forma de exercitar a democracia. Os alunos participam das decisões fundamentais da escola, se organizam para deliberar e cumprir as deliberações. As decisões mais importantes são resolvidas nos coletivos e conselhos que compõem a escola, e no qual todos os sujeitos que ali estão (educandos, educadores, coordenadores e moradores da escola) participam. Não existe a figura despótica da diretora ou do diretor, e muito menos dos supervisores escolares. Lais Santos nos mostra que a forma escolar é tão importante quanto os conteúdos socializados. Evidencia que a escola produz relações sociais, e dependendo do caminho adotado, pode formar politicamente seres alienados e submissos, ou jovens lutadores que praticam um “currículo político”.

Em países com marcas autocráticas como o Brasil, com um sistema educacional extremamente verticalizado, com decisões de cima para baixo, as liberdades democráticas dos alunos, professores e lideranças do MST se tornam um “luxo”, uma espécie de oásis num deserto autocrático.

A pesquisa de Lais Santos ora apresentada se detém principalmente na Escola Milton Santos, situada na cidade de Maringá (PR). Tivemos a oportunidade de visitar este espaço várias vezes. Curiosamente a escola divide muro com um presídio. De um lado, a solução encontrada pelo

capital para as massas deserdadas, o presídio, com a punição clássica e provavelmente a Educação de Jovens e Adultos (EJA) de péssima qualidade. Do outro lado do muro, as liberdades para se exercitar o ensino emancipado, a convivência fraterna entre professores e alunos, formas de gestão democrática e ensino técnico agroecológico.

Dentro dos limites de uma dissertação de mestrado, Lais Santos consegue demonstrar o exercício da gestão democrática na escola de educação profissional agroecológica, bem como suas contradições. Para isso foram realizadas inúmeras entrevistas, observação da escola, levantamento e análise dos principais textos sobre gestão democrática em escolas profissionalizantes de movimentos sociais.

Por ser uma escola do trabalho baseada na agroecologia, os alunos têm a oportunidade de teorizar e praticar a agroecologia, plantar sem venenos, usar adubos orgânicos, em sintonia com seus assentamentos. Em muitos casos, esses jovens “levam” o novo paradigma de produção (a agroecologia) para suas comunidades e trazem problemas teórico-práticos para a escola, uma vez que a escola se baseia na pedagogia da alternância.

Muitos alunos que saíram dali, certamente hoje, estão semeando em várias regiões do país formas de decisão democráticas, não baseadas na esperança de que um líder carismático ou um coronel vai trazer a solução para seus problemas. Estão semeando também formas de produzir na terra baseadas no trabalho associado, na policultura e na produção de alimentos saudáveis para o povo, bases da agroecologia. Saíram de lá técnicos que estão difundindo os princípios da produção de valores de uso, e não os da produção destrutiva do agronegócio. Eles se diferenciam dos técnicos e agrônomos pró capital, com suas receitas de bolo e fórmulas “mágicas” que

“levam” conhecimentos prontos e acabados para os latifundiários, camponeses e agricultores familiares.

É preciso destacar que a Escola Milton Santos foi instalada num terreno de uma fábrica que faliu. O prefeito, personificação dos capitalistas da região, realizou várias investidas para acabar com a escola.

Em países como o Brasil, verdadeiro “latifúndio do conhecimento”, a educação é privilégio de alguns. O MST, ao lado de outros movimentos sociais, tem lutado bravamente para construir embriões de educação para além do capital e para construir uma democracia popular, não só no microcosmo das suas escolas. Se esta proposta for levada a cabo, num nível mais amplo, o desafio será enorme: construir uma democracia socialista, onde a classe trabalhadora decida o que produzir, como produzir, como viver e para quê viver.

Num contexto de Golpes (como o de 2016), de avanço da extrema direita e “pelourização” dos lutadores sociais, os prejuízos para os que vivem do trabalho têm sido enormes. No caso do MST, o prejuízo é que os fundos públicos para a manutenção de escolas como a Milton Santos foram conscientemente estrangulados, impedindo o bom funcionamento da escola.

Porém, num novo ciclo de lutas a classe trabalhadora não precisará partir do “zero”. A experiência acumulada pela Escola Milton Santos – como tantas outras escolas do MST que foram criadas – permitirá a classe trabalhadora, dar um salto na construção de sistemas educacionais para além do capital.

Parabéns a Lais Santos pela pesquisa cuidadosa e precisa. Parabéns por ter cumprido todas as fases da pesquisa num tempo bastante exíguo.

Parabéns também aos lutadores da Escola Milton Santos! Os fundos públicos para a manutenção da escola foram “fechados”, mas essa experiência continua viva e aberta, ao contrário do presídio ali ao lado e da nossa democracia, que foi interrompida definitivamente.

Henrique Tahan Novaes

FFC-UNESP

Marília, 27 de agosto de 2020